

O CONTEXTO NEOLIBERAL E O ESPAÇO DA ESCOLA PÚBLICA NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA: A VOZ DOS DIFERENTES SUJEITOS EDUCACIONAIS

Oséias Santos de Oliveira

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS

oseias.ol@uol.com.br

Resumo: O artigo apresenta as concepções da comunidade escolar, organizada sob a forma de Grupos Focais, cuja proposta é a defesa da escola democrática e participativa, a partir do entendimento de que ela deve ser desejada e construída por todos os envolvidos no processo educativo. Com base na reflexão sobre o papel de cada segmento da comunidade escolar são definidas as prioridades e necessidades para gestão democrática. Com esta dinâmica, procura-se compreender a atuação dos sujeitos no fortalecimento da escola pública e na promoção da cidadania.

Palavras-chave: gestão democrática – escola pública – cidadania

1. INTRODUZINDO A TEMÁTICA: SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

As inúmeras transformações ocorridas na atual sociedade têm sua origem num contexto neoliberal que aposta na globalização como política integradora e geradora de conhecimentos e que propõe, através de seus mecanismos econômicos e de mercado, uma mudança radical no papel do Estado. Historicamente o neoliberalismo associa-se aos programas de ajustes estruturais definidos pelos programas e políticas recomendadas pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional e por outras instituições econômico-financeiras. Tais ajustes constituem-se em exigências na esfera das políticas públicas que incluem a redefinição do papel do Estado, quanto às suas funções, objetivando a redução dos gastos governamentais, a desvalorização monetária, visando o aumento das exportações, a redução de tarifas de importações, as práticas de privatização e desmonte de empresas estatais, a liberalização dos salários e dos preços e também um incentivo crescente à produção agro-industrial para atender ao mercado de exportação.

Estas exigências que são impostas pelos países desenvolvidos aos países periféricos e semi-periféricos (SANTOS, 1996) propiciam a geração de capital financeiro que acentua o acúmulo exorbitante dos lucros, a competitividade desleal de mercado, bem como o aumento da mão-de-obra a baixos custos e a degradação ambiental em busca de matéria prima para a industrialização.

Santos (2005) alerta para o fato de que o debate sobre a globalização tem se limitado, quase que exclusivamente, ao aspecto econômico, como se este, por si só pudesse dar conta de toda a complexidade da globalização contemporânea. Destaca-se que é necessário um olhar múltiplo que contemple também os campos sociais, políticos e culturais, pois nestes ocorrem, de forma contínua, transformações que provocarão modificações no modo de viver da sociedade.

Por ser um processo interativo amplo a educação acontece no meio social onde os sujeitos interagem política, econômica, culturalmente. Libâneo considera que “a educação é um fenômeno social” (1992, p. 18) e como tal é socialmente determinada. Toda a ação educativa e mesmo todo o trabalho pedagógico desenvolvido pelos educadores são fortemente influenciados pelas concepções ideológicas e culturais e pelas dinâmicas de relações estabelecidas pela sociedade.

O modo de pensar e de conceber o mundo e as diversas áreas do saber, da cultura, da política, da religião, da economia e das relações entre os indivíduos são fortemente influenciados pelas profundas transformações ocorridas na sociedade nos últimos anos. Rossato (2002, p. 42) considera que o mundo vive, atualmente, um tempo de transição, onde está presente a consciência de que se chega ao final de uma época sem, contudo, saber-se ao certo como serão delimitadas as relações neste novo tempo que se inicia. No limiar do século XXI, há possibilidades de se delinear algumas tendências que marcarão definitivamente as décadas futuras, especialmente pela explicitação de uma nova forma de saber, pois, na Idade Média, buscava-se saber ser, na época industrial buscava-se saber fazer e no século XXI, será necessário saber interagir. (ROSSATO, 2002, p.53-54).

Estas tendências que assinalam o início de uma nova época também apontam uma crescente necessidade de se pensar a educação e como a mesma se configura neste novo cenário mundial. As relações com o saber e as formas diversas de manifestação cultural e intelectual estão fortemente associadas ao movimento dinâmico da sociedade. Assim, a inserção do homem em seu meio social dependerá, em muito, de sua capacidade de interagir com os atuais problemas que preocupam a sociedade. Neste contexto, o homem busca o saber conviver com a diversidade e com o novo.

2. A ESCOLA PÚBLICA VOLTADA AOS INTERESSES PÚBLICOS

A identidade da escola pública tem sido discutida ultimamente em muitas instâncias da sociedade. É preciso compreender que a escola estatal possui um elemento que a define de modo mais importante: “o fato de ser primeiramente ‘escola’ e posteriormente ‘pública’; em outras palavras, não é o público que lhe dá o toque essencial, mas o ser escola” (SILVA, 1996, p. 47).

A escola, enquanto instituição insere-se no contexto da sociedade e como tal, sofre as imposições oriundas das desigualdades do sistema capitalista, sustentadas atualmente pelas políticas neoliberais. Compreender as relações existentes entre a escola e os contextos econômico-sociais e políticos mais amplos, torna-se imprescindível para a análise dos problemas educacionais e das possibilidades reais de superação dos mesmos. Em relação às políticas educacionais, a proposta neoliberal propaga a lógica do mercado, limitando a atuação do Estado à garantia da educação básica, estando os outros níveis de educação sujeitos às leis de oferta e procura.

O sistema social, moldado pelo modo de produção capitalista, possui peculiaridades tanto em níveis locais quanto macro-sociais, que são determinantes das necessidades dos sujeitos e das instituições. Este modo de produção coloca em situações distintas aqueles que detêm o capital e aqueles que trabalham para produzi-lo. O grupo que gera o capital constitui-se na maioria significativa da população, sendo passível de situações que propiciam a miserabilidade e contínua alienação, onde as condições de vida e de trabalho são marcadas pela exploração e pela negação da subjetividade dos indivíduos em detrimento do lucro e da competitividade.

A sociedade, pautada no modo de produção capitalista vivencia grandes transformações nas relações entre três aspectos de prioritário interesse: a produção material, a produção do saber, bem como a apropriação do saber produzido. A partir das novas concepções delineadas em torno dos modos de produção, tanto materiais quanto intelectuais e suas formas de apropriação, a educação assume uma característica de instrumento de luta. É com base no conhecimento produzido e sistematizado da realidade que ao homem poderá agir e interagir com seu meio social, transformando-o e sendo por ele transformado.

As teorias da reprodução social indicam que a escola, enquanto instituição reproduz em grande escala a pirâmide social, uma vez que tende a acentuar as incompatibilidades econômicas e sociais. Pode-se observar que existe uma disparidade entre os níveis mais baixos de renda e escolarização em relação aos altos índices de escolaridade que estão

concentrados nas camadas sociais mais elevadas. Partindo desse prisma, é possível um direcionamento de olhar para o espaço escolar, mais precisamente sobre as relações que se estabelece em sala de aula, identificando-se formas e práticas de exclusão escolar, presentes tanto no currículo e em suas formas de implementação como nos relacionamentos entre professores e alunos e os saberes construídos a partir destas relações.

As práticas de reprodução social estiveram muito presentes na escola pública que, buscou meios para repensar suas ações e suas metodologias com vistas a possibilitar uma abordagem mais próxima da realidade do educando. A reflexão em torno da função social da escola e de sua atuação a serviço da ideologia dominante poderá alavancar a discussão sobre uma construção pedagógica democrática e libertadora, especialmente quando assumir uma postura de enfrentamento aos problemas sociais, educacionais e filosóficos que delimitam o espaço escolar.

É comum a professores, pesquisadores e intelectuais a indagação sobre o papel da escola nestes tempos de profundas e significativas transformações no caráter social, político e econômico do mundo contemporâneo. O desenvolvimento pleno do cidadão constitui-se, pois no maior objetivo da escola. No entanto, não se pode ignorar que o aluno, ao ingressar na escola, já traz consigo inúmeras e significativas aprendizagens, além de estar inserido num meio social onde ocorrem trocas de conhecimentos e impressões sobre sua realidade histórico-social. Não se pode ainda deixar de assinalar o fato de que o educando, muitas vezes, é *mutilado* em situações de aprendizagens. Isto ocorre especialmente quando este não é reconhecido enquanto sujeito construtor de seu próprio saber, quando as situações de aprendizagens estão centradas unicamente nas mãos dos educadores, que determinam formas de aprender, o que aprender e de que modo se aprende.

É responsabilidade da escola explicitar o tipo de cidadão que deseja construir e que intervenções serão necessárias para que este cidadão de fato possa interagir no seu meio social. Esta tarefa deverá ser compartilhada com todos os envolvidos com situações de ensino-aprendizagem. Educadores, educandos, pais e sociedade necessitam refletir sobre o tipo de cidadão que se quer constituir na escola e na sociedade. Deste modo, a escola, torna-se um campo fértil, favorável às aprendizagens tanto de alunos como dos educadores. Neste espaço, considera-se como necessária a reflexão sobre as situações de cooperação e de respeito que devem existir para que todos os participantes do meio educativo existam de fato como sujeitos e não como meros expectadores do processo educativo.

É possível suscitar a reflexão sobre a possibilidade de conceber-se a escola pública como um local privilegiado para trocas de experiências e de conhecimentos que favoreçam o desenvolvimento das funções psicológicas, cognitivas e intelectuais dos educandos, especificamente através da humanização, pelas interações sociais que ocorrem no seu interior. Deste modo, será possível considerar que, tanto professores, como alunos, pais e gestores educacionais buscam encontrar na gestão democrática um espaço para a mediação e compartilhamento de poder, onde todos possam participar dos processos decisórios, contribuindo, de modo competente e responsável, para o fortalecimento da escola pública e para a superação das dificuldades pedagógicas e estruturais que são detectadas no seu meio.

O resgate da cidadania no espaço da escola pública constitui-se numa das principais metas a serem alcançadas e, em longo prazo, oportunizará maior autonomia e o desenvolvimento do senso coletivo de responsabilidade de todos os sujeitos da escola. Nos últimos tempos verifica-se que a escola inicia uma reflexão sobre sua contribuição à cidadania e com isto amplia sua aproximação com a realidade. A escola cidadã, a partir da concepção freireana, busca, além da reflexão sobre a sua prática, a construção de um Projeto Político-Pedagógico que oportunize o reconhecimento histórico-social, econômico, político e cultural do contexto em que esta inserida. A promoção de práticas de engajamento e de convívio social, que podem iniciar nos limites da escola e se estender ao contexto de toda a comunidade, configuram-se também como alvos a serem perseguidos. As experiências vivenciadas pelos sujeitos educativos serão importantes elementos constitutivos da própria cidadania individual e favorecerão o fortalecimento dos ideais de cidadãos que queira, de modo efetivo, participar e decidir que caminhos são possíveis e que sonhos coletivos são necessários para o crescimento da escola pública.

A discussão em torno da escola cidadã perpassa pela análise preliminar do indivíduo autônomo. Não se pode almejar uma sociedade e uma escola autônoma se os indivíduos que a integram ainda não conseguem perceber o outro e respeitá-lo na sua alteridade, ou seja, cada indivíduo deve ser capaz de compreender o outro tanto em suas diferenças quanto em suas semelhanças. Ao apreender a noção de alteridade, os indivíduos poderão perceber que são as diferenças que dão forma à sociedade.

Inúmeros desafios permeiam a escola pública hoje, no entanto, tais desafios, originários numa sociedade complexa, não podem se constituir em barreiras para que o aluno, encontre na escola um lugar para criar e aprender com qualidade e competência.

3. REFLEXÕES DE ALUNOS, PAIS E PROFESSORES SOBRE OS QUESITOS DA ESCOLA IDEALIZADA E DO LUGAR DO ALUNO

Para a efetivação desta pesquisa, constituíram-se quatro Grupos Focais, sendo um grupo composto por pais, outro por professores, outro grupo composto por alunos do diurno (adolescentes) e o último grupo formado por alunos do noturno (jovens e adultos). A pesquisa tem como campo de investigação uma escola pública municipal, localizada na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que a coleta do material deu-se ao final do ano de 2006. Neste encontro o foco do debate recaiu sobre a escola democrática e participativa, configurada pelo grupo como uma escola ideal ou escola dos sonhos, pelo entendimento de que ela deve ser desejada e construída por todos os envolvidos no processo educacional, que sendo reconhecidos poderiam contribuir para o fortalecimento da escola pública. Cada um dos participantes teve a oportunidade de explicitar idéias importantes sobre os três elementos que dão sustentação a escola dos sonhos: 1) como seriam os alunos nesta escola democrática e participativa? 2) Como seriam os professores que atuam nesta escola dos sonhos? 3) como seriam os pais na construção desta escola dos sonhos?

Após uma breve discussão sobre a escola democrática e participativa, os integrantes do Grupo Focal manifestaram suas compreensões sobre os atores educacionais que atuariam nesta escola. A reflexão propiciou um olhar para o espaço da escola e consideração de que cada sujeito que a constitui possui um papel fundamental na consolidação do ideário participativo e democrático.

No início desta análise é indispensável considerar que são agrupadas idéias referentes à escola ideal e o tipo de aluno, pois quando os sujeitos envolvidos na pesquisa refletiam sobre a escola dos sonhos: democrática e participativa, imediatamente a vinculavam aos alunos, numa referência implícita de que a escola existe para/pelo educando.

Os alunos do noturno (AN)ⁱ explicitam que a escola ideal seria aquela em que *todos ajudassem a cuidar, [...] seria uma escola modelo*ⁱⁱ (AN6), *seria ainda uma escola bem limpa, bem organizada* (AN8) e especialmente que *tenha condições de dar um estudo [...] com a participação maior dos pais e alunos principalmente* (AN7). Tais concepções são reforçadas nas falas de todos os demais alunos. Cada um espera que o espaço da escola seja um espaço organizado para atender as necessidades dos educandos, com salas adequadas, com

pátio bem limpo, quadras esportivas e demais dependências bem estruturadas. Sabe-se, porém, que muitas vezes as escolas públicas apresentam precárias condições estruturais, com salas e mobiliários sucateados, enfrentam a falta de materiais tecnológicos como computadores, copiadoras, impressoras e ainda se deparam com realidades como carência de espaços para práticas esportivas em quadras próprias para jogos ou exercícios ou mesmo ginásios cobertos. Tal realidade demonstra que as escolas públicas carecem de maior atenção e investimentos por parte dos governos, para sua revitalização e adequação estrutural.

As manifestações convergem para a compreensão que Paro apresenta:

é bem verdade que a situação de calamidade – sem paralelo na história do país – em que se encontra hoje a escola pública exige movimentos de pressão em todos os níveis e instâncias da sociedade civil. Por isso, quando se reivindica um espaço de participação na unidade escolar, está-se considerando apenas uma dessas instâncias ou níveis. Parece-me, todavia, imprescindível que a participação aí se dê. Sem ela não se fará uma escola verdadeiramente universal e de boa qualidade no Brasil (1997, p. 17).

Questionados sobre o tipo de aluno que comporta, nesta concepção de escola *modelo*, respondem que é necessário que os alunos aprendam a *compartilhar idéias* (AN1), *que sejam mais educados* (AN3), *responsáveis* (AN5), *organizados* (AN9). Numa atitude de auto-reflexão estes educandos, na sua maioria jovens trabalhadores, compreendem que para a construção de uma escola participativa é necessário que o aluno se torne sujeito e assuma suas responsabilidades com o estudo e com sua formação. Reconhecer seus limites, seus direitos e deveres é fundamental para que o aluno cresça enquanto cidadão e assim tenha condições de inserir-se na realidade da escola, contribuindo positivamente para sua transformação.

Os alunos do diurno (AD), quando questionados sobre o tipo de aluno para uma escola democrática e participativa asseguram que deveriam ser **organizados** (AD1), *que fossem responsáveis, dedicassem mais horas ao estudo, respeitassem* (AD2), *deveriam participar mais das aulas e dos projetos* (AD4), que tivessem a consciência de que *os alunos que se esforçam não para tirarem a média, mas para ter um emprego bom, uma família, não se envolverão com as coisas erradas* (AD7). Nas falas deste grupo de alunos, constituídos por adolescentes com idades entre 10 e 15 anos, nota-se a clareza que possuem em relação ao tipo de aluno participativo, que se envolve com o estudo e participa ativamente das atividades desenvolvidas pela escola. Citam a organização como uma das principais características para definir esse aluno, o que fica evidenciado repetidamente em diversas falas. O estudo é visto

como condição para alcançar objetivos profissionais/pessoais, como maior qualificação para o mercado de trabalho e para suas vivências além da escola.

Na visão dos pais (PA), a escola dos sonhos deveria ser *mais severa na educação dos alunos* (PA2), que os estudantes *sentissem vontade de ir à escola* (PA4), que a escola estivesse atenta para o caso de os alunos apresentarem *algum problema de saúde, ou no estudo e ajudar a resolver este problema com os pais* (PA5) e ainda manifestam a idéia de que *a escola é o segundo lar, que tivesse um acolhimento* (PA9). Os pais esperam que a escola cobre de seus filhos/alunos disciplina, respeito e responsabilidade com os estudos, porém, esta cobrança deve ser equilibrada e não se resumir apenas às imposições de ordem castradora ou limitadora, mas, como escola atenta às dificuldades dos alunos, sejam elas de natureza mais específica de saúde ou psicológicas ou mesmo de natureza pedagógica, que busque a integração com os pais para a resolução destes entraves que dificultam o sucesso escolar e assim sendo, os alunos criarão laços de estreitamento com a escola e sentirão vontade de estar nela e participar das atividades.

Ao responderem a primeira questão sobre o tipo de aluno para uma escola pública *modelo*, os pais expõem suas idéias argumentando que o ideal seria que os educandos *viessem [para a escola] com o objetivo de estudar, pois aquele aluno que sabe que a escola é para estudar, com certeza vai ser um aluno inteligente e educado* (PA4), *que os alunos venham para a escola, que respeitem professores e colegas e se fizer alguma coisa errada que peçam desculpas, que peçam licença para falar* (PA5), *para o aluno seria fundamental educação, respeito, boas maneiras. Preconceito não pode existir, tinha que acabar com isso, porque hoje na escola existe o preconceito e o racismo* (PA6), *os alunos seriam mais responsáveis, mais atentos nas matérias, prestar atenção ter mais diálogo uns com os outros* (PA8).

Santos, ao analisar a perspectiva da igualdade e diferença entre os sujeitos, tem clareza de que:

o multiculturalismo progressista supõe que o princípio da igualdade seja utilizado de par com o princípio do reconhecimento da diferença. A hermenêutica diatópica pressupõe a aceitação do seguinte imperativo transcultural: temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza (2003, p.458).

De modo geral observa-se a preocupação dos pais com a educação dos filhos, sendo que esta se daria eficazmente através do respeito aos outros, das atitudes de boas maneiras e nas relações que o filho/aluno consegue estabelecer com os outros, sempre reconhecendo as faltas, e sendo responsável pelo seu próprio crescimento. A distinção feita por um dos pais

sobre a questão do preconceito e racismo no ambiente escolar também evidencia que os pais estão conscientes de que a escola é também o lugar das diferenças, porém estas devem ser respeitadas por todos. O diálogo, como fonte de entendimento, propicia o desenvolvimento da aprendizagem, assim os pais apostam nesta prática como uma das medidas para se aprimorar o ensino e aprendizagem escolar.

O grupo focal dos professores (PR), reunidos na segunda sessão de discussão argumentam que *na escola ideal, em primeiro lugar, deve haver o respeito. Dentro da escola não se consegue desenvolver o que se quer porque não sabem se respeitar, há desentendimentos* (PR1), em contrapartida, vêem a escola como um espaço *onde os alunos sintam prazer* (PR2) e *que possibilita a busca de uma mudança social através da educação, sair de uma posição inferior para outra* (PR2).

Essa necessidade de a escola ter incorporado a concepção democrática e transformadora encontra ressonância na afirmação de Paro:

vejo a necessidade de a escola organizar-se democraticamente com vistas a objetivos transformadores (quer dizer: objetivos articulados aos interesses dos trabalhadores). E aqui subjaz, portanto, o suposto de que a escola só poderá desempenhar um papel transformador se estiver junto com os interessados, se se organizar para atender aos interesses (embora nem sempre conscientes) das camadas às quais essa transformação favorece, ou seja, das camadas trabalhadoras (1997, p. 12).

Os alunos, na visão dos mestres deverão ser *em primeiro lugar, seres pensantes* (PR8), *mais responsáveis pelo conhecimento e pela aprendizagem* (PR2), *devem ser mais motivados para a aprendizagem* (PR4), *ter vontade de vencer, querer lutar, são muito acomodados, precisam se desafiar. Falta motivação* (PR7). Estas concepções foram confirmadas pelos outros educadores que participaram deste Grupo Focal. Em geral, todos entendem que falta aos educandos interesse e vontade de aprender. Quando detectam esta realidade, os educadores vislumbram a necessidade do aluno em desafiar-se para os novos conhecimentos, interagindo e construindo sua própria aprendizagem. Desenvolver a capacidade de pensar e de investigar é, pois tarefa a ser assumida pela escola, para que os alunos passem de fato se tornarem sujeitos críticos, não acomodados e capazes de vencer por seus esforços, superando suas limitações e as imposições com que se defrontarão ao longo de suas vidas.

4. CONCEPÇÕES DOS ATORES EDUCACIONAIS SOBRE O TIPO DE PROFESSOR PARA ATUAR NUM CONTEXTO ESCOLAR DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO

Na escola dos sonhos, os educadores desempenham um papel fundamental, juntamente com os demais atores educacionais. Em relação ao tipo de professores ideais para atuar numa escola democrática e participativa, os alunos do noturno (AN) confirmam que é necessário que estes tenham *bom conhecimento para ensinar* (AN1), que não fossem *professores sobrecarregados no trabalho* (AN2), *que acompanham os alunos em qualquer tipo de trabalho e que participem de reuniões* (AN3), que fossem *menos rígidos, não tão gritões e deveriam explicar melhor a matéria* (AN4), explicitam ainda o desejo que os educadores pudessem *dar aulas com amor ao trabalho, com dedicação, mais amor pelas pessoas* (AN8).

Diversas falas de alunos manifestaram estas opiniões anteriormente apresentadas, mas destaca-se a necessidade que os educandos manifestam de terem educadores preparados para o exercício docente, como motivadores de aprendizagens e principalmente como seres humanos capazes de aproximarem-se de seus alunos e travarem com eles vínculos de aprendizagens. Tornam claro também o desejo de que seus educadores sejam mais compreensíveis e afetivos. Um ambiente de respeito e de afetividade poderá proporcionar a inclusão dos educandos.

As relações de poder que são estabelecidas na dinâmica da escola e nas inter- relações entre professores e alunos necessitam ser repensadas, de modo a tornar o político mais pedagógico, conforme assevera Giroux:

tornar o político mais pedagógico significa utilizar formas de pedagogia que incorporem interesses políticos que tenham natureza emancipadora; isto é, utilizar formas de pedagogia que tratem os estudantes como agentes críticos; tornar o conhecimento problemático; utilizar o diálogo crítico e afirmativo; e argumentar em prol de um mundo qualitativamente melhor para todas as pessoas (1977, p. 163).

Na concepção dos alunos do diurno (AD), os professores *deveriam ser mais exigentes e ajudar aos outros, interagirem mais com os alunos, serem mais companheiros* (AD8). Ainda destacam que seus mestres *deveriam ter mais paciência, que dessem atividades diferentes, não só copiar e responder como às vezes nos fazemos* (AD3). Em relação à atuação docente, destacam que os professores *deveriam ser mais pacientes, explicando mais vezes até o aluno entender [o conteúdo], seriam mais legais, assim qualquer coisa eles ficam mandando para o diretor, mandando bilhetes, não conversam com o aluno para entender as regras da escola, deveriam conversar com o aluno, compreender o aluno* (AD6).

É possível perceber nas falas dos alunos um forte apelo para que seus professores aproximem-se do mundo do adolescente, buscando compreendê-los. Eles desejam ver seus

mestres como amigos, como pessoas próximas, que saibam escutá-los e que sejam pacientes com suas limitações de aprendizagem. O diálogo entre educador e educando é citado como possibilidade de resolução dos conflitos que possam existir no espaço da sala de aula. A postura de encaminhamento à direção de “qualquer coisa” que o aluno faça errado é criticada. Ao tecer esta crítica aos professores, o aluno está explicitando que aposta no diálogo como fonte de entendimento.

Os pais (PA) em suas discussões ponderam *que o professor tinha que dar mais apoio, ensinar, pois vive da profissão dele, que fosse qualificado para a função que vai exercer* (PA1), *que os educadores fossem mais amigos e criativos com os alunos dentro da sala de aula* (PA3), para a escola dos sonhos funcionar, *os professores deveriam ser enérgicos quando tem que ser, mas em primeiro lugar amigos dos alunos, com aquele professor amigo eles [alunos] vão se abrir mais, ele ganha o respeito, vai melhorar tudo na escola* (PA4), numa complementação a esta idéia outros pais destacam que *os professores teriam que ter mais autoridade, mas ao mesmo tempo carinho, amor pelos alunos, os professores hoje em dia não tem mais autoridade, os alunos às vezes não respeitam* (PA5) e que os educadores *tenham que ter mais disponibilidade, ser mais amigos, não enérgicos demais e nem liberais demais* (PA6). Estas visões em torno da figura do professor ideal se complementam entre si, e de modo geral, os pais estão apostando na aproximação necessária entre educador e educando e vêem, muitas vezes, o educador se afastando do educando pelas constantes exigências e pela falta de “carinho e amor pelos alunos”. Ressaltam que é importante a cobrança de estudos, a imposição de limites e de normas de disciplina, mas querem, sobretudo, que o professor tenha um olhar mais humano sobre os alunos, pois se isto acontecer os desentendimentos e os encaminhamentos serão mais facilmente resolvidos na escola.

No Grupo Focal de professores (PR) é procedida a auto-análise de cada profissional que atua no meio educacional. Pensar no tipo ideal de professor para atuar no contexto de uma escola mais democrática e participativa exige o re-pensar de sua própria ação. Assim é visto como *um desafio para cada um o preparo para motivar, pois nem todos conseguem estar mais preparados para atuar com esses alunos que cada vez vêm com mais dificuldades* (PR2), é imprescindível que os educadores *sejam mais desafiadores* (PR4), *e que saibam fazer com que o aluno saiba pensar e também é importante aos professores acompanhar as novas tecnologias* (PR8). Destaca-se também a opinião que *da mesma forma que os alunos devem ter respeito, os professores também devem ter* (PR1), sendo que estes devem pautar a

sua ação *em princípios*: o que eu quero para o aluno, para a família? Como vou chegar lá? Que tipo de sociedade? É importante inserir-se na realidade do aluno (PR3).

Os educadores têm consciência que de precisam estar preparados para desenvolverem a contento sua ação pedagógica. Este preparo inclui motivação e busca de novas formas de ensinar, com metodologias e uso de tecnologias adequadas e eficazes de acordo com o contexto de seus alunos. Ser mais desafiador em sua tarefa de educar propicia incluir-se neste ato. Não é possível que os educadores consigam desafiar o aluno para as muitas aprendizagens, se eles próprios não sentem-se desafiado a pesquisar, a buscar o conhecimento e a rever seus próprios conceitos. As vivências dos professores devem estar pautadas em princípios que norteiam suas ações educativas. A definição de conteúdos significativos e de metodologias coerentes prioritariamente deve ser balizada pela realidade do educando. É importante que o educador sempre tenha presente quem é seu aluno, que tipo de família ele tem e que sociedade pretende ajudar a construir.

5. A CONTRIBUIÇÃO DOS PAIS NO IMAGINÁRIO DA COMUNIDADE EDUCATIVA

A discussão com os alunos do noturno (AN) sobre o tipo de pais ideais para a consolidação de uma escola com um foco democrático e participativo, favorece uma análise mais próxima da realidade, pois muitos destes alunos, estudantes do ensino noturno, são pais e têm seus filhos matriculados na mesma escola objeto deste estudo. A princípio, solicitou-se que as manifestações e falas fossem oriundas de seu contexto como alunos, no entanto observou-se uma certa dificuldade neste aspecto, pois tornou-se difícil o pai/aluno despir-se de sua dupla função. Os alunos consideram que os pais *tenham que pegar junto, não afrouxar, não serem tão passivos, tenham que ser mais radicais, cobrar mais* (AN2), mas sempre *respeitando os filhos* (AN1). Além disso, a função dos pais é assim definida: *acompanhar os filhos em qualquer tipo de trabalho, participar das reuniões* (AN3), *vir freqüentemente à escola para saber como os filhos estão, se estão bem ou mal, se está tudo certinho, para ver se melhoram mais* (AN4), *para ver se as crianças estão progredindo ou não* (AN6).

Os pais têm o dever de acompanhar o desempenho escolar dos filhos, e a integrar-se com a escola na tarefa de educar. A questão-chave do chamamento à participação é posta por López, quando afirma que normalmente os pais participa quando alguma situação afeta diretamente seus filhos e que “certamente, tal participação é legítima e necessária, mas não

pode ser única se realmente desejamos a melhora geral do sistema e o proveito de toda a sociedade” (2002, p. 80-81).

As ações participativas de pais no contexto da escola pública gera aproximação e apropriação deste importante espaço que é o da representatividade e da busca de autonomia para o fortalecimento da instituição educacional. Não se espera que a inserção dos pais no meio educativo se dê apenas nos aspectos de acompanhamento dos progressos ou fracassos escolares dos filhos, mas que se amplie para o contexto maior da escola, no que diz respeito a sua organização e definição do papel social da escola, assim, é possível que a ação também transpasse os limites escolares e ecoe no âmbito maior da própria sociedade.

Os alunos do diurno (AD) esperam que os pais *participem sempre, querendo saber se estão indo bem ou não* [os filhos/alunos], *conversando com os professores* (AD2) *e especialmente deveriam dar mais opiniões nos projetos* (AD4), *em reuniões serem colaboradores, ouvir mais* (AD5), e, ainda esperam que seus genitores *possam interagir mais nas programações do colégio, estão muito afastados, não participam da escola* (AD8). Tais afirmações possibilitam a análise sobre as perspectivas de jovens sobre o papel dos pais no que diz respeito ao acompanhamento de suas vidas e no envolvimento com a escola.

Uma das falas explicita bem este dilema por que passam muitos estudantes: *acho que os pais deveriam vir mais no colégio. Os meus, como trabalham o dia inteiro não têm muito tempo para isso. Eles mal perguntam como estou na aula, nas provas, tudo. Acho que deveriam participar mais. Se quiserem arrumam um tempo para isso [...] os alunos sentem mais firmeza quando os pais estão por perto, para falar e dar opiniões* (AD7). O compromisso dos pais com o bem estar dos filhos é sentido também na escola, quando aqueles procuram dedicar um tempo, mesmo que as obrigações de trabalho e de manutenção do lar sejam muitas, ao cuidado destes e ao envolvimento com a aprendizagem. A responsabilidade pela educação dos filhos não é somente da escola, mas deve ser partilhada com a família, sendo que isto fortalece a dinâmica do processo ensino-aprendizagem e gera confiança por parte dos educandos.

A auto-reflexão, oportunizada no grupo focal dos pais (PA), constituiu-se num momento importante de repensar a atuação destes que são responsáveis, tanto legal quanto moralmente pelos filhos. Já no início da interlocução tem-se a clareza de que *o pai ideal participaria em tudo, se tem uma reunião, se o professor ou o diretor precisa vai lá ajudar. Falta aos pais começar a re-educar-se* (PA1). Esta re-educação mencionada revela que os

pais sabem que muitas vezes deixam a desejar quando o assunto é participação na vida escolar dos filhos. Ter consciência de um ato falho é um primeiro passo para buscar a mudança. A afirmação de que aos pais precisam *se re-educar para poder exigir do filho a educação* (PA6), permite verificar que os pais devem rever seus conceitos, suas práticas e intenções para assim poderem educar pelo exemplo. No caso dos pais, é necessário ainda que procurem *dar mais limites aos filhos, pois na escola eles têm que ter limites* (PA5).

De modo geral manifestam que os pais ideais, para a consolidação de uma escola participativa, seriam aqueles que fossem *participativos em todas as atividades da escola, que se preocupam com as atividades dos filhos* (PA4), deveriam também *ir à escola olhar o que os filhos estão fazendo, ver as companhias dos filhos, porque muitas vezes a companhia leva para o mau caminho* (PA5), e especialmente *respeitar o filho* (PA7). O respeito ao outro é condição básica para que as trocas de informações, de conhecimentos e de vivências de valores humanos aconteça de fato. Respeitar o filho, acompanhando-o em suas limitações, suas necessidades de afeto, de compreensão e de estímulos, bem como em seus desafios cotidianos de superação torna menos fatigante a tarefa de educar e de re-educar-se para o crescimento coletivo e socializador.

Os professores (PR) salientam que os pais *deveriam cobrar da mesma maneira que os professores* (PR1), sendo *motivadores da aprendizagem, acompanhar mais, pois tem um resultado positivo* (PR2), ainda é importante que passem a *acreditar mais que eles* [filhos] *têm condições* (PR3) e assim procurem *ser mais comprometidos com a educação dos filhos* (PR4). Quando os pais motivam seus filhos os resultados tendem a se mostrar mais positivos em termos dos resultados da aprendizagem, pois acreditando no potencial dos filhos, os pais demonstrarão mais confiança e conseqüentemente a auto-estima dos filhos/alunos será afetada positivamente. Os estímulos à aprendizagem são importantíssimos para que o processo, em seu desenvolvimento e os resultados sejam plenamente satisfatórios.

Num momento de desabafo, alguns educadores assim posicionam-se: *Os pais vêm de outra geração. Os pais devem estar sem tempo mesmo para os filhos. Geralmente só vêem os filhos à noite. Os pais estão passando suas responsabilidades aos outros. Os pais precisam comparecer também* (PR8). Concordando com este posicionamento outro professor comenta que *a grande desculpa é a falta de tempo [...] os pais que acompanham a criança é diferente. Os pais precisam cobrar os valores, o que não pode, não deve ser permitido* (PR6), e ainda a

afirmação de que os pais podem incentivar seus filhos, como cobrar e comemorar, cobrar resultados, que estudem, mas quando vem os resultados dizem: parabéns meu filho (PR7).

COMENTÁRIOS FINAIS

A comunidade escolar aos poucos vai experienciando e assimilando uma nova postura, onde as decisões não são mais tomadas a partir de uma ótica centralizadora, mas que oportuniza a participação de todos numa perspectiva democrática e autônoma. As atitudes incorporadas e as decisões vivenciadas dão conta da organização do espaço escolar que deve estar aberto às novas e constantes necessidades do grupo que a compõe.

A experiência do diálogo se constitui de modo muito eficaz como um dos mais determinantes recursos de transformação e de ressignificação do ato educativo. A concepção do diálogo é assumida, pois, como oportunidade para compreender as ações significativas dos agentes envolvidos na educação escolar e até mesmo fora dela. O diálogo exige postura e capacidade dos indivíduos de articular os elementos dados de uma realidade, neste caso a escola pública e a construção da consciência cidadã, a partir das percepções e dos outros, de novos olhares e posturas emancipatórias que de fato se apresentem como constitutivas da autonomia e democratização da escola pública.

Assim sendo, a lógica neoliberal que prega o “benefício” da escola pública ao cidadão e a disputa por um lugar no mercado de trabalho necessita ser revista pela escola, no sentido de definir quais são os ideais que serão assumidos por esta instituição, considerando que os princípios de participação, democracia e cidadania são distintos daqueles propostos pelo sistema neoliberal e capitalista.

ⁱ Deste ponto do artigo em diante utiliza-se as abreviaturas AN (Aluno do Noturno), AD (Aluno do Diurno), PA (Pai) e PR (Professor), seguida de um número identificatório, com o intuito de preservar a identidade dos interlocutores desta pesquisa.

ⁱⁱ As falas dos participantes dos Grupos Focais são destacadas utilizando-se a fonte em *itálico*, para melhor compreensão por parte dos leitores deste texto.

REFERÊNCIAS

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Trad. Daniel Bueno. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1992 (Coleção Magistério – 2º grau. Série formação do professor).

LÓPEZ, Jaume Sarramona. *Educação na família e na escola: o que é, como se faz*. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

PARO, Vitor Henrique, *Gestão democrática da escola pública*. Ed. Ática, 1997.

ROSSATO, Ricardo. *Século XXI saberes em construção*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

_____. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. In: _____ (org.) *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Os processos de globalização. In: _____ (org.). *A Globalização e ciências sociais*. 3ª e. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Jair Militão da. *A autonomia da escola pública: a re-humanização da escola*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.